

# A crise geral do capitalismo: possibilidades e limites de sua superação

LUIZ FILGUEIRAS\*

## Determinantes gerais da crise

A atual crise econômica geral do capitalismo tem, como todas as anteriores, determinantes gerais (comuns a todas elas) e históricos (próprios de cada uma). Os primeiros estão relacionados às características intrínsecas desse modo de produção e derivam internamente da sua estrutura e dinâmica de funcionamento – em que pese a existência de distintos momentos históricos de seu desenvolvimento, que conformam padrões de acumulação e formas político-institucionais singulares. O fundamental aqui é o reconhecimento da existência de leis imanes ao capital, que governam o seu movimento e que sempre atuarão e serão válidas enquanto o regime de produção capitalista existir.

Isso significa dizer que, nesse âmbito mais geral, a crise é um fenômeno objetivo do próprio movimento do capital, constituindo-se em momento necessário do seu processo de valorização. Portanto, a crise se caracteriza, antes de tudo, por ser um fenômeno endógeno ao capitalismo e que, ao mesmo tempo, explicita e sintetiza as suas contradições, mas também se apresenta como solução momentânea das mesmas – ao reconstituir as bases e condições necessárias para a retomada da acumulação.

Em suma, as barreiras que levam à desaceleração e, no limite, ao estancamento do processo de acumulação (a crise), são levantadas e ultrapassadas, em cada momento, pelo próprio movimento do capital, no seu afã desmedido de valorização

---

\* Professor associado da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia.

e acumulação. Por isso, a crise é um fenômeno cíclico, necessário ao regime de produção capitalista, determinada pela lei da mais-valia como fundamentalmente de valorização do capital e por todas as demais que dela derivam – que se impõem aos capitais individuais através da concorrência, de forma coercitiva e inexorável, explicitando-se como tendências que evidenciam a natureza contraditória desse regime de produção.

Na essência, as crises gerais capitalistas sempre se definem como crises de superacumulação de capital, expressando-se, ao mesmo tempo, em superprodução generalizada, subconsumo das massas e desproporções e assimetrias intersetoriais. O capital, nas suas mais diversas formas – capital-dinheiro, capital-mercadoria, capital-produtivo e capital-financeiro, torna-se excessivo. A crise explicita também que o capital financeiro ultrapassou a sua função específica, que é, na divisão social do trabalho, de financiar o processo de produção e consumo (na condição de “capital portador de juros”), dando origem ao “capital fictício”, na forma de papéis e títulos dos mais variados tipos, cujos valores não têm correspondência com a riqueza real existente. O movimento desse capital tende a se descolar do processo de produção, criando um circuito autônomo de valorização, embora tenha, em última instância, que retirar suas rendas do processo produtivo de criação do valor, do qual não participa. Em síntese, o crédito, que de início é poderosa alavanca do processo de acumulação, se transforma, em sua expansão desmesurada, em um dos elementos fundamentais do surgimento e desenvolvimento da crise geral.

Finalmente, a crise, como solução momentânea das contradições do processo de acumulação capitalista, desencadeia um movimento de desvalorização e, no limite, de destruição dos capitais excedentes (produtivos e fictícios). A crise não tem a capacidade de superar essas contradições; mas, ao deslocá-las momentaneamente, recria as condições imprescindíveis para a retomada da acumulação.

O Estado capitalista também é elemento essencial da engrenagem da acumulação, tanto nos momentos de aceleração quanto nas crises. Na expansão, cumprindo o papel de criar e manter as condições necessárias para viabilizar o processo de expropriação do trabalho e valorização dos capitais – através da garantia da propriedade privada dos meios de produção; da regulação política dos mercados de trabalho e dinheiro; da demarcação das relações internacionais do país; da reorientação da mais-valia social e da ampliação das fronteiras da acumulação, com o crescimento da dívida pública. Nas crises, por sua vez, o Estado é chamado a arbitrar o processo de desvalorização dos capitais, socializando os prejuízos com toda a sociedade e coordenando a disputa intercapitalista pelas novas frentes de expansão.

### **Determinantes históricos da crise**

Por sua vez, os determinantes históricos, específicos de cada crise, dizem respeito às características do padrão de acumulação – e ao seu respectivo arcabouço institucional –, existentes em cada período do desenvolvimento capitalista,

o que envolve os seguintes aspectos: a forma de capital dominante, que detém a hegemonia do processo de acumulação; as condições político-institucionais que condicionam e delimitam a relação capital-trabalho, no interior das quais se desenvolve a luta de classes; a extensão e o grau de internacionalização do regime de produção capitalista e as características institucionais da ordem internacional prevalecente; e a forma e amplitude da regulação política da acumulação, a partir do Estado e das relações estabelecidas entre as distintas frações do capital.

Assim, a atual crise geral do capitalismo expressa tanto as contradições imanentes do capitalismo em geral, derivadas das próprias leis de movimento do capital, quanto as que são produto de um padrão de acumulação particular, construído, a partir da década de 1970, sob o comando e a hegemonia do capital financeiro. Este submeteu à lógica da financeirização todas as outras formas de capital, o modo de estruturação e intervenção do Estado e, no limite, as próprias relações sociais e políticas.

Esse padrão de acumulação tem, entre outras, as seguintes principais características estruturais: 1. aprofundamento da assimetria de poder, entre capital e trabalho, a favor do primeiro; 2. adoção de novas formas de organização da produção e do processo de trabalho, que potencializam a apropriação de mais-valia relativa; 3. recuperação de velhos modos de exploração do trabalho, que ampliam a capacidade de extração de mais-valia absoluta; 4. adaptação operacional das empresas produtivas à lógica rentista; 5. desregulamentação e liberalização dos mercados em geral, e dos financeiros em especial – com permissão de livre movimentação e valorização dos fluxos de produção e financeiros; 6. aceleração vertiginosa da velocidade desses fluxos, através do uso de novas tecnologias da informação e das redes produtivas internacionais das grandes corporações; 7. integração estreita desses mercados, em particular dos mercados financeiros, com a radicalização da tendência de autonomização da criação de riqueza financeira; e, 8. apropriação direta do Estado pelo grande capital, através da despolitização da economia e da criação de mecanismos e instrumentos que passam ao largo do controle da sociedade – que reduz a capacidade da política institucional de intervir nos assuntos que são caros ao capital financeiro.

Do ponto de vista político, esse padrão de acumulação afirmou-se e foi construído por sobre os escombros da ordem internacional resultante da Segunda Guerra mundial e da Guerra Fria. A crise capitalista nos países desenvolvidos, na virada dos anos 1960 para 1970, jogou por terra o Acordo de Bretton Woods e abriu caminho para a construção da hegemonia do capital financeiro – ancorada ideológica e politicamente na vitória do neoliberalismo e na falência e transformismo da social-democracia. A derrocada do “socialismo real”, no final da década de 1980, consolidou, no plano mundial, a hegemonia militar, econômico-financeira e política dos EUA.

O resultado dessa dupla hegemonia global, respectivamente no âmbito material e político-ideológico-militar, expressou-se no superdimensionamento da

esfera financeira e na afirmação da chamada “via única”. Com isso, elevaram-se as desigualdades sociais e aprofundou-se a instabilidade congênita e estrutural do regime do capital, aumentando as possibilidades de crises, bem como sua extensão e gravidade.

Nos anos 1990, os mercados financeiros e os estados dos países da periferia (através da dívida pública) foram incorporados à ordem financeira internacional e, nos anos 2000, a total integração da China ao circuito internacional de valorização do capital abriu uma nova e ampla fronteira de acumulação – que permitiu o crescimento da produção, do comércio e dos fluxos internacionais de capital. Em contrapartida, assistiu-se a um enorme e acelerado endividamento do Estado, das corporações e das famílias nos EUA, o que se tornou evidente com a eclosão da presente crise geral.

### **Surgimento e evolução da crise**

O surgimento desse novo ciclo de acumulação nos anos 2000, cuja fase ascendente perdurou até meados de 2007, foi suficiente para que os apologistas políticos do capital decretassem o fim das contradições, dos ciclos e das crises gerais do capitalismo.

No entanto, a crise atual veio desfazer as ilusões. Ela é uma crise geral do capital e, em particular, do atual padrão global de acumulação capitalista; sintetiza o conjunto de suas contradições e não pode ser resolvida como se fosse uma mera crise conjuntural. Esse padrão de acumulação carrega em si, além de todas as contradições e tendências imanentes do capital, características próprias que as radicalizam, tornando-o profundamente instável econômica, social e politicamente. A crise produzida em suas entranhas é tão ou mais grave que a crise de 1929 e está exigindo dos Estados capitalistas uma socialização dos prejuízos nunca vista na história do capitalismo – tendo em conta o montante absurdo de capital a ser desvalorizado.

Com ela, todos os mitos criados pela ideologia neoliberal e pelo pensamento econômico hegemônico das últimas décadas – variantes do pensamento neoclássico – foram, um a um, sendo desmistificados. Mais do que imobiliária, financeira e localizada nos EUA e países desenvolvidos, ela é uma crise econômica global e sistêmica.

A sua origem mais remota pode ser localizada em 2000, quando, nos EUA, a queda da taxa de juros e o relaxamento nas condições de financiamento estimularam a expansão do mercado imobiliário, impulsionada por empréstimos bancários sob a forma de hipotecas. Esse movimento, ao ampliar a capacidade de gasto através do acelerado endividamento das empresas e famílias, levou ao crescimento da economia norte-americana, dando origem a um novo ciclo de consumo e valorização de ativos financeiros.

Esse processo impactou a dinâmica das demais economias e implicou em crescentes déficits na conta de transações correntes do balanço de pagamentos

dos EUA, financiados pelos países com grandes superávits nas suas relações econômicas internacionais, sobretudo China e Japão.

Entre 2002/2003 e o terceiro trimestre de 2007, assistiu-se a um crescimento global da produção, do comércio e dos fluxos internacionais de capital. A queda da taxa de juros e a maior liquidez estabeleceram um típico processo especulativo no mercado imobiliário dos Estados Unidos. Os créditos hipotecários daí decorrentes foram securitizados (transformados em títulos financeiros e negociados em mercados secundários) e vendidos para bancos de investimento e, no final da linha, comprados por fundos de pensão e fundos de investimentos globais – dos EUA, da Europa e do Japão. Assim, os canais da acumulação fictícia se ampliaram, dando origem a uma gigantesca “bolha especulativa”.

Os limites da fase expansiva do novo ciclo de acumulação começaram a ser anunciados em 2004, quando do aumento das taxas de juros pelo Banco Central dos EUA; e os primeiros sinais da crise apareceram no ano de 2006, quando a inadimplência no cumprimento dos contratos hipotecários nos EUA começou a crescer. Com isso, a oferta de crédito imobiliário se contraiu e os preços dos imóveis começaram a cair, ampliando ainda mais a incapacidade de pagamento dos empréstimos contraídos.

Em meados de 2007 apareceram os primeiros sinais de que as instituições financeiras faziam parte do núcleo do problema, em razão de sua atuação no financiamento da especulação imobiliária e na securitização das dívidas. A crise, ao atingir os bancos e os mercados secundários de títulos, contaminou e infligiu pesadas perdas aos fundos de pensão e de investimentos, portadores de papéis derivados das dívidas hipotecárias. No segundo semestre de 2008 a crise se generalizou, atingindo todos os tipos de instituições financeiras e os sistemas financeiros de todos os países desenvolvidos.

### **A crise no Brasil**

No Brasil, apesar da subestimação por parte do Governo, a crise também se iniciou pelo mercado financeiro. A existência de livre mobilidade de capitais provocou, imediatamente, uma grande saída de capitais e forte desvalorização do real a partir de outubro de 2008, em virtude da venda de papéis brasileiros (ações, títulos públicos e outros papéis de empresas) pelos fundos de investimentos, motivados pela necessidade de compensar perdas em outros mercados.

Em seguida, os impactos se fizeram sentir no fim do financiamento internacional às grandes empresas brasileiras, o que afetou as exportações e obrigou-as a recorrer ao mercado interno de crédito e pressionar o Governo por maior liquidez. Na sequência, afetou o balanço de pagamentos do país, com redução das exportações e do superávit da balança comercial em razão da queda da demanda e dos preços internacionais das *commodities* (agrícolas e industriais), que representam parte majoritária da pauta de exportações do país. Por fim, a crise chegou às atividades produtivas, com redução da produção e do emprego, fechamento de empresas e

redução das receitas do Estado em todos os seus níveis – o PIB, no último trimestre de 2008 e no primeiro de 2009, caiu, respectivamente, 3,6% e 0,8%, caracterizando, mais do que uma desaceleração da economia, uma trajetória recessiva.

Apesar disso, a resposta do Governo, através da flexibilização da política monetária e fiscal, tem conseguido reduzir o impacto da crise, especialmente em virtude da demanda da China por produtos brasileiros e, no início deste ano, do aumento da especulação nos mercados financeiros – ambas circunstâncias que inflaram de novo os preços das *commodities*. No entanto, essa resposta se limita a reagir aos efeitos mais dramáticos da crise, à espera de uma melhora no quadro internacional. Não há qualquer iniciativa – como ocorreu durante a crise de 1929 – na direção de mudanças estruturais, que reorientem a estrutura e a dinâmica da economia brasileira para outro padrão de desenvolvimento capitalista. Nem pode haver, uma vez que o atual bloco de poder dominante – sob hegemonia do capital financeiro (nacional e internacional), dos grandes grupos econômicos financeirizados e do capital exportador – é inteiramente sintonizado, econômica e politicamente, com o atual padrão mundial de acumulação capitalista, no qual o país se articula de forma subordinada.

### **Possibilidades e limites de superação**

No plano mundial, a superação da crise pelo capital não é trivial. Ela demanda mudanças estruturais no padrão de acumulação; a socialização dos prejuízos e a adoção de políticas monetárias e fiscais expansionistas como as que já vêm sendo utilizadas são condições necessárias, mas não suficientes. Embora, num primeiro momento, elas possam reduzir os estragos da crise e reativar a demanda efetiva, não alterarão fundamentalmente as características básicas do padrão de acumulação – que o tornam radicalmente instável e que levaram à atual crise.

Além disso, o enorme endividamento dos estados dos países desenvolvidos, decorrente dessas políticas, terá fortes e duradouras repercussões no ritmo de acumulação e desenvolvimento capitalista. Particularmente importantes serão os seus efeitos sobre a capacidade de o dólar continuar mantendo o seu papel de moeda-reserva internacional. Além disso, a relação China-EUA, aparentemente “virtuosa” e complementar até a eclosão da crise, tenderá a ser questionada, cada vez mais, pela disputa de mercados e fontes de recursos naturais – condição fundamental para a manutenção/superação da hegemonia dos EUA.

O mesmo se pode dizer de uma maior regulação dos mercados e dos fluxos financeiros. Ela tem limites claros: além das dificuldades, praticamente intransponíveis, de “enjaular” o capital financeiro, não poderá retroceder a mundialização das finanças nem a internacionalização já alcançada pelas forças produtivas. Por outro lado, a nova fronteira de expansão da acumulação – sobretudo a China e a Índia – não permite que a superexploração e a precarização do trabalho, em escala global, sejam revertidas por iniciativa do próprio capital, a ponto de permitir a redistribuição dos ganhos de produtividade.

A essas dificuldades adiciona-se a impossibilidade de globalização do padrão de consumo dos países desenvolvidos, em especial dos EUA; a expansão da acumulação, com base nesse padrão, se defronta, cada vez mais, com poderosos limites externos ao capital: o rápido esgotamento dos recursos naturais e a deterioração, incrivelmente acelerada, do ambiente. Por fim, o capital financeiro não abrirá mão, voluntariamente, da apropriação direta do Estado – que lhe permite conduzir seus interesses à margem do controle das instituições clássicas da democracia liberal: partidos políticos e parlamentos.

Na ausência de um forte movimento socialista internacional da classe trabalhadora, a tendência é de que o capital caminhe pela linha de menor resistência e tente superar a crise mantendo, no fundamental, o atual padrão de acumulação. Caso isso ocorra, as flutuações econômicas se tornarão mais intensas, com a reiteração de crises periódicas em intervalos mais curtos, intercaladas por surtos efêmeros de crescimento e tendência à estagnação prolongada. Por isso, nenhuma política de conciliação e negociação entre capital e trabalho conseguirá reduzir os efeitos mais dramáticos da crise sobre os trabalhadores e tampouco lhes permitirá uma solução menos prejudicial. Portanto, aos seus segmentos organizados e às suas lideranças só resta o caminho da contestação à ordem do capital, através da luta e da resistência política, reunindo forças na direção de um projeto socialista.

